

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSE
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Zé Reinaldo
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Zé Reinaldo

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Zé Reinaldo

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Cabral

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Erci de Moraes
Deputado Coronel Chagas

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Joaquim Ruiz
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado George Melo
Deputado Jean Frank
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Marcelo Natanael
Deputada Ângela Águia Portella

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado George Melo
Deputado Erci de Moraes
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Remídio Monai

SUMÁRIO	Atos Administrativos	
	Resolução de Afastamento nº 406/2014	02
	Atos Legislativos	
	Ata da 2314ª Sessão Ordinária - Íntegra	02
	Ata de Instalação - Comissão Especial Externa - Resolução nº 026/2014	10
Edital de Convocação nº 001/2014 - Comissão Especial Externa - Resolução nº 030/2014	10	

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
 Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA
Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS

RESOLUÇÃO Nº 406/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do servidor **PABLO CORREA PEIXOTO, Matrícula 010985** para viajar com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 01.07 a 10.07.2014, com a finalidade de participar de treinamentos na área de Informática junto à Assembleia Legislativa daquele Estado, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 27 de junho de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

ATA DA 2314ª SESSÃO, EM 03 DE JUNHO DE 2014.

47º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICÃO DA SILVEIRA
 (Em exercício).

Às nove horas do dia três de junho de dois mil e quatorze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima trecentésima décima quarta Sessão Ordinária do quadragésimo sétimo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Convidou o Senhor Deputado **Brito Bezerra** para atuar como Primeiro Secretário *Ad hoc*, e o Senhor Deputado **Naldo da Loteria** para atuar como Segundo Secretário.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Brito Bezerra**) – Senhor Presidente, há quórum regimental para o início da Sessão.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Naldo da Loteria**) – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Coloco em discussão a Ata da sessão anterior, não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Moção de Aplauso nº 017/14, de 29/05/14, de autoria do Deputado Rodrigo Jucá, à Sociedade Bíblica do Brasil pelo trabalho de assistência aos mais necessitados;

Ofício nº 026/14, de 29/05/14, do Deputado Jean Frank, justificando sua ausência à Sessão plenária do dia 28 de maio do corrente ano;

Memo nº 023/14, de 29/05/14, do Deputado George Melo, justificando sua ausência à Sessão plenária do dia 08 de maio do corrente ano;

Memo nº 020/14, de 02/06/14, do Deputado Jean Frank, justificando sua ausência à sessão plenária do dia 03 de junho do corrente ano;

Requerimento nº 02/14 GZR, de 30/05/14, do Deputado José Reinaldo, solicitando providências para nova composição da Comissão Especial Interna para analisar e dar parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 004/14;

Requerimento s/nº/14, de 29/05/14, do Deputado Rodrigo Jucá, solicitando transformação da Sessão Plenária do dia 18 de junho do corrente, às 10h, em Comissão Geral para debater sobre a Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 14, (antiga PEC 111);

Requerimento s/nº/14, de 29/05/14, do Deputado Rodrigo Jucá, solicitando transformação da Sessão Plenária do dia 12 de junho em Comissão Geral para prestar homenagem à Sociedade Bíblica do Brasil pelos seus 66 anos de fundação.

EXTERNO:

Mensagem Governamental nº 044/14, de 29/05/14, do Governador do Estado de Roraima, encaminha à elevada deliberação o Projeto de Lei que “Fixa o índice de Revisão Geral Anual, exercício 2014, preceituada no art. 37, inciso X, da CF/88 e art. 20-C da Constituição Estadual, combinado com o art. 1º da Lei nº 769, de 05 de abril de 2010”; Ofício nº 136/14, de 29/05/14, do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, solicitando cópia do ofício do Senhor Governador do Estado, referente à Prestação de Contas, exercício de 2013;

Comunicado nº AL070511/14, de 05/05/14, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Major Alcides Rodrigues dos Santos;

Comunicado nº AL070512/14, de 21/05/14, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Presidente Tancredo Neves;

Comunicado nº AL070513/14, de 21/05/14, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Antonia Coelho de Lucena;

Comunicado nº AL070514/14, de 21/05/14, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual America Sarmento Ribeiro;

Comunicado nº AL070515/14, de 21/05/14, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando liberação de recursos financeiros para a Escola Municipal Hildemar Pereira;

Comunicado nº AL070516/14, de 21/05/14, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Joselma Lima de Souza;

Comunicado nº AL070517/14, de 21/05/14, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal João Maia da Silva;

Comunicado nº AL070518/14, de 21/05/14, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Pedro Moleta;

Comunicado nº AL070519/14, de 21/05/14, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Ordália Araújo Lima.

Era o que constava do expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Brito Bezerra**) – Proceda à chamada.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** – Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, servidores da Casa, queria começar o meu discurso, Senhor Presidente, sugerindo ao Governador, Deputado Ionilson, Vossa Excelência que é o vice-líder, para convocarmos o Secretário de Segurança para vir a esta Casa, e eu posso explicar por quê; porque há dois meses quando o Secretário de Segurança Pública assumiu e trouxe na sua bagagem um ator da rede globo. Um velhinho que eu não sei de onde ele apareceu e dizia que nunca mais iria haver violência e roubo em Roraima, que teria o Tolerância Zero, Ronda no Bairro, enfim, houve empresário aqui em Roraima dizendo “ agora vou colocar o cofre na calçada”. E aqui quero preservar o seu nome, mas vou sugerir ao meu Governador Chico Rodrigues para que o Secretário venha nos explicar a estratégia de segurança dele, que é uma estratégia completamente equivocada, Deputado Joaquim. Veja só, há uns meses, os ladrões entraram na Secretaria de Saúde, arrombaram o caixa eletrônico e roubaram. Hoje, a Folha de Boa Vista traz em manchete: “Ladrões entram no SETRABES e roubam caixa eletrônico”. Aí eu quero sugerir ao Governador, até mesmo para preservá-lo, porque do jeito que vai, eles vão roubar até o próprio Governador. É preciso que esta Casa convoque o Secretário de Segurança, que eu não tenho nada contra a sua pessoa, pelo contrário, quero apoiá-lo. Mas, Deputado Chagas, Vossa Excelência que é Coronel da Polícia Militar, foi Secretário de Segurança, a estratégia de segurança pública está equivocada, nunca se roubou tanto nos próprios órgãos do Governo do Estado. Então, alguma coisa está equivocada, a estratégia está errada, e nós precisamos saber para podermos explicar à sociedade.

Mas queria só dar o alerta, vou conversar com o Governador Chico Rodrigues, ele tem muita vontade...

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Deputado Xingú, quando o Governador esteve aqui na Assembleia, eu questionei a segurança em relação ao fato de se tirar o policial militar da rua para ir fazer o papel que cabe à Receita Federal, tanto na fronteira da Guiana como na Venezuela, usando o programa Tolerância Zero, “pra ficar prendendo dois pacotes de leite, 04 pacotes de fraldas, quando essa estrutura poderia estar dando segurança ao cidadão aqui”. Agora mesmo estamos vendo aí o problema da rede pública, alugar o Lotty Iris, o Hospital da Mulher, não resolve. A emergência está bem aqui perto. Pega o Hospital Coronel Mota, transforma a ala de psiquiatria que está lá no HGR, e a transfere aqui para o Coronel Mota para abrir a estrutura do HGR. Parece que as decisões locais, são tomadas em outros Estados. Lá em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, sem olhar a praticidade e a realidade do nosso Estado. A gente resolve a segurança de Roraima. São coisas simples, têm alguns aqui que já foram policiais e que deverão voltar, é fechando a barreira lá na entrada, entre o Amazonas e Roraima, onde é preciso apertar o bandido, contrabando entra por ali, o tráfico de drogas nas fronteiras, é obrigação da Polícia Federal, mas quem prende aqui? É a Polícia Civil, enquanto é uma função da Polícia Federal.

Então, em relação a essas coisas que é necessário sentar ao redor da Mesa para cobrarmos do Governo Federal uma ação efetiva no que compete à Receita Federal, Polícia Federal e ao Estado, que é a segurança do cidadão. Obrigado pelo aparte.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** continua. – Obrigado, Deputado Joaquim Ruiz, pela sua intervenção, um Deputado atuante aqui na Assembleia, sempre que defende várias questões importantes.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jalser Renier** – Deputado Xingú, ouvia Vossa Excelência aqui na ante sala, eu tenho uma opinião bem objetiva com relação ao que Vossa Excelência apresenta.

Primeiro, quero dizer a Vossa Excelência que o meu apoio a essa PEC é de 100% sobre dois aspectos. Primeiro: Nós aprovamos no início do nosso orçamento, no ano passado, um impacto financeiro na folha de pagamento do Estado de aproximadamente 120 milhões de reais. O Governador Anchieta mandou equiparações salariais de algumas categorias, e Assembleia Legislativa prontamente as aprovou.

O Governo passa por um momento difícil de crise, conforme todos nós sabemos, e não adianta o Governador Chico Rodrigues dizer

que não sabia, porque na qualidade de vice-Governador, ele é obrigado a saber, pois ele participou do governo. Então, não tem essa coisa de dizer “Ah, eu não sei, estou assumindo agora, vou tirar meio mundo de gente do governo”. Isso não existe. É a mesma coisa quando o senhor faz as coisas dentro da sua casa, e a sua mulher não sabe. Então, vai chegar uma hora em que o Senhor vai dizer exatamente aquilo que ela vai saber. Agora, segundo ponto: O Estado passa por um momento financeiro delicado, o Estado não está quebrado, não adianta chegar aqui e dizer, apresentar números de que o Estado está quebrado. O Estado não está quebrado. O Estado está passando por um momento financeiro difícil, como existe em qualquer Estado da federação brasileira. O Estado de Roraima hoje tem 95 milhões de reais de folha de pagamento todo mês. São 25 mil funcionários que o Estado tem.

Devo dizer ao Senhor que 30 milhões, a mais ou a menos, no universo de uma folha de pagamento, para corrigir uma injustiça a centenas de servidores, que foram afastados de suas funções, não vai fazer diferença e agora vem dizer que isso não é possível. Eu não concordo.

Então, quero dizer a Vossa Excelência, que o Senhor pode até falar com o Governador Chico Rodrigues, se assim quiser, mas Vossa Excelência não precisa falar com o Governador, porque PEC é lei, se aprovado dentro da Assembleia, o Governador tem que cumprir. E eu não estou aqui falando de maneira sorrateira, como se eu estivesse atacando o governo, de maneira nenhuma. Chico é um ex-Deputado que já passou por 07 mandatos. Eu acho que essa vai ser mais uma vitória para o seu governo, porque o Estado precisa certamente valorizar, e a política se faz é com gente. Não adianta colocar segurança na rua enquanto o povo passa fome em casa. Tem que colocar segurança na rua sim, mas o povo tem que continuar comendo, e uma coisa devo dizer a Vossa Excelência: o Governador José de Anchieta não tem na sua página um servidor do seu governo, demitido. O Governador Anchieta não tem no seu currículo um servidor deste Estado, perseguido. Então, por dever de justiça, eu acho que o Governador Chico Rodrigues tem que interiorizar como favorável a uma PEC positiva, e para que a gente possa evoluir, termine seu discurso. A presidente anuncia à comissão que esse projeto tem que ser votado hoje na Comissão Especial para ir para o plenário. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** continua. – Deputado Jalser, obrigado pela sua intervenção e pela forma que Vossa Excelência fez esse aparte, queria dizer a Vossa Excelência que quando eu disse que iria falar com o Governador Chico Rodrigues, era sobre os roubos que estão acontecendo, e não sobre a PEC. Ontem, conversei com Vossa Excelência, várias vezes, sobre a PEC, e Vossa Excelência colocou de forma clara e honesta. Veio também a público externar aquilo que tinha conversado ontem. É prova que Vossa Excelência tem compromisso com o parlamento.

Quero dizer que não é possível, não precisa colocar em votação na comissão, porque é uma atitude corajosa dos Deputados Chagas, Gabriel, Presidente da Comissão; Coronel Chagas, como relator; Xingú que é o autor da PEC; os Deputados George Melo e Naldo da Loteria chegaram aqui às 7 horas da manhã e aprovaram a PEC na Comissão.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) Deputado Xingú, seu tempo acabou.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** continua – Deputada Aurelina, o tempo não é problema, é um caso de muita relevância, espero que a Senhora entenda este momento.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Nós temos mais nove oradores inscritos.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** continuam- Todos irão falar sobre o mesmo tema...

O Senhor Deputado **Naldo da Loteria** – Pede questão de ordem – Deputado Xingú, eu abro mão do meu tempo para o Senhor complementar o seu pronunciamento.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** continua. – Obrigado, Deputado Naldo, é assim que o Deputado atende o povo, é assim que um Deputado tem três mandatos honrados, sempre ganhou as eleições, porque nas suas posições, ele está sempre ao lado do povo. Esse é o Deputado que realmente merece continuar nesta Casa.

Deputado Chagas, queria fazer aqui uma referência aos Deputados que acabei de mencionar e pedir aos meus pares, a todos aqueles que acreditam no povo de Roraima, como disse há pouco o Deputado Jalser Renier, que essa PEC possa ser aprovada aqui nesta Casa, ela já ficou pronta hoje pela manhã. Essa deferência eu quero deixar a esses Deputados: ao Coronel Chagas, que ontem pegou várias pressões da Procuradoria do Estado, quando foi abordado por várias vezes, através do seu telefone, pelos procuradores do Estado, mas não cedeu à pressão. E o mais importante que vocês não sabem, é que o interesse pelo povo é maior. Hoje, foi inédito nesta Casa, 5 Deputados chegaram às 7 horas da manhã para legislar em prol do povo. Coronel Chagas, George Melo, Gabriel Picanço, Xingú e Naldo da Loteria, como disse o Deputado Jalser Renier, ontem nos reunimos e conversamos sobre essa PEC e eu pedi a ele apoio, porque sei que ele não dá

ré, ele é quem nem eu, por isso que eu fui pedir apoio dele, sei que ele é um Deputado de força nesta Casa, é um Deputado decidido e tem 05 mandatos, tem experiência para dar e vender. Fico muito feliz quando o Deputado Jalsfer vem a público colocar seu sentimento em favor da PEC 04/14 que vai tornar-se realidade no Estado de Roraima. Quero encerrar meu discurso pedindo apoio à Deputada Aurelina, mulher honrada neste Estado, a Senhora já teve tantos mandatos, seu filho foi o Vereador mais votado, por isso, peço-lhe que ajude o povo, é isso que o povo quer. Obrigado.

O Senhor Deputado **George Melo** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, senhoras e senhores aqui presentes, bom dia. Estou aqui com muita alegria, ouvindo esse clamor em favor da PEC 004/14, e há algum tempo já vinha ressoando nos ouvidos desta Casa Legislativa. Quero referir-me à clareza com que esta PEC está sendo colocada. Ora, senhoras e senhores, se teve a PEC 111 que depois se transformou em 11. Aqui nesta Casa também tem um trenzinho da alegria. Aqui também tem, então, não é justo que nós deixemos esses servidores de fora. Esse esforço tem que ser de todos. O Poder Legislativo tem servidores que entraram sem concurso, e por que não a PEC 004/14? Ontem quando liguei para o Deputado Gabriel Picanço, perguntei a hora que ele queria que eu chegasse à Assembleia. Meu voto está garantido. Liguei para todos os membros da Comissão e hoje cedo viemos para a Assembleia para dizer sim a vocês, sim a um incidente que ocorreu no passado, mas tenho certeza que hoje não aconteceria. Os senhores, em sua maioria, ficaram de fora por causa da idade e porque nós não tínhamos a cultura de concursos. Hoje, porém, com essa PEC, esses pais de família poderão ter seus empregos de volta. É o compromisso que esta Casa, neste final de mandato, tem de mais honroso nessa legislatura. Tenho certeza que os demais Parlamentares: a Deputada Ângela, Deputado Erci, Deputado Dhiego, Deputado Soldado Sampaio, Deputado Brito Bezerra, Deputado Zé Reinaldo, Deputado Flamarion Portela irão reparar esse hiato histórico. Quero dizer aos senhores que nós nos comprometemos com vocês porque entendemos que é legítimo por tudo que este Estado está passando, pelas dificuldades enfrentadas e pelo prêmio que o Governo Federal deu. Isso fez com que repensássemos, e tenho certeza que nenhum Deputado vai votar contrário a essa PEC. Também, logo, logo, o Governador Chico Rodrigues estará na televisão dizendo, bem-vindos, senhores funcionários do meu Estado que estão na PEC 004/14. Esse vai ser o maior prêmio que nós vamos dar a esses servidores. O Deputado Jalsfer colocou com muita propriedade, que nós não podemos perder esse trem que está passando na frente da gente. O momento é oportuno, o Estado já viveu isso e eu não poderia deixar de acordar cedinho e estar aqui fazendo parte desta Comissão. Quero dizer a vocês que muito me honra votar favorável a esta PEC nesta manhã na Comissão e tenho certeza que logo, logo traremos para este Plenário, se possível, hoje, para dar essa garantia aos senhores. Obrigado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhora Presidente, caros colegas, servidores desta Casa, amigos e amigas que lotam este Plenário, esta galeria, a todos o meu cordial bom dia. Senhora Presidente, ocupo esta tribuna para informar a todos que acompanham os trabalhos da PEC 004/14, de autoria do Deputado Jânio Xingu, assinada por vários Deputados, que a essa PEC foi dada entrada no mês de abril deste ano, e foi nomeada uma comissão pela Mesa Diretora da Casa, para a qual tivemos nosso nome escolhido para relatar a proposta. Quero dizer que nós estudamos o texto, nos aprofundamos na matéria, juntamente com os técnicos da Assembleia Legislativa e entendemos que havia a necessidade de fazermos algumas modificações para aperfeiçoar ainda mais esse texto. Daí, juntamente com o Deputado Xingu, nós conversamos com o Presidente da Comissão, Deputado Gabriel Picanço e com os membros Deputados George Melo e Naldo da Loteria, entendemos a necessidade de apresentarmos um substitutivo à PEC e assim o fizemos. O substitutivo foi encaminhado para a Assessoria Jurídica desta Casa, Deputada Aurelina, que se debruçou sobre o tema, foi buscar precedentes de outros Estados. Deputado Joaquim Ruiz, Vossa Excelência, que acompanha essa matéria, emitiu o parecer. E o parecer citou esses precedentes como, por exemplo, no Estado do Acre, no Estado de Minas Gerais e onde houve falhas. Esse substitutivo corrigiu essas eventuais falhas que ocorreram em outros Estados e que foram objetos de ADIN, para que não incorresse essa PEC no mesmo problema, de forma que chegamos hoje pela manhã a esta Casa, para nos reunirmos cedo com a comissão, juntamente com os servidores das comissões discutimos a matéria. Para se ter uma ideia da seriedade do parecer emitido pela Consultoria Jurídica desta Casa, ele cita precedentes da Mesa Diretora da Assembleia do Acre que diz que o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição daquele Estado passa a vigorar, acrescido do artigo 37: “Os servidores das secretarias, autarquias, fundações públicas, de empresas públicas e de economias mistas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que estão em exercício e não tenham sido admitidos na forma prevista do artigo 27 da Constituição Estadual, ou seja, através de concursos públicos, estável ou não por efeito do artigo 19 do ADCT da Constituição Federal que ingressaram no serviço

público até 31 de dezembro de 1994. Olha, o Estado do Acre era Território em tempo bem anterior, e os servidores ficam efetivados e passam a integrar o quadro temporário em extinção à medida que os cargos ou empregos respectivos vagarem, proibidas novas inclusões ou admissões a qualquer título, assim como acesso a quadros diversos ou a outros cargos, funções ou empregos. Assim como esse precedente, outros foram citados e ditos no competente parecer do Dr. Alex Reis Coelho. Esse parecer foi fundamental para contribuir na formação da convicção deste relator. E nosso parecer, senhoras e senhores, amigos e amigas, que encaminhamos hoje para a reunião da Comissão visou, através do substitutivo também, estender não só aos servidores do quadro do âmbito da polícia civil da Secretaria de Segurança Pública e da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, mas com o intuito de atender aos princípios da proporcionalidade, da isonomia, da igualdade, da razoabilidade e dignidade da pessoa humana. Apresentamos o substitutivo à proposta dando nova redação aos dispositivos normativos apresentados na inicial, além de abordar os temas sobre outros enfoques relativos aos recursos financeiros necessários à cobertura de possíveis despesas decorrentes da norma ora posta à aprovação. E dessa forma, ampliamos e demos isonomia para todos os servidores, Deputado Brito Bezerra, que estiveram no exercício do cargo no período compreendido entre 1º de novembro de 1993 a 2005. Com isso, os servidores que atuaram no Estado, que deram seu sangue, seu trabalho e sua contribuição para que este Estado se implantasse, nós estamos reconhecendo através dessa PEC. E, dessa forma, nós demos o voto favorável, e a votação do relatório foi unânime, votaram favoráveis com o Relator, os Deputados Jânio Xingu, George Melo, Naldo da Loteria. Somente o Deputado Gabriel Picanço, por ser Presidente da Comissão, não poderia votar, votando apenas em caso de empate na votação, mas adiantou seu posicionamento favorável à proposição, mesmo não havendo necessidade.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Quero de público, mais uma vez, garantir às pessoas que estão nos ouvindo que haverá, pelo menos, quatro votos a favor desta PEC, pois, a bancada de oposição é favorável à PEC de autoria do Deputado Xingu. Isso faça chuva ou faça sol, Deputado Zé Reinaldo. Agora, é público e notório nesta Casa e nos bastidores da política, que a base governista está dividida e, de maneira oficializada nesta Casa o G7 e o G12 dá maioria. O meu apelo aos dois grupos que já declararam apoio a nós, é que não usem os servidores desta PEC para ir para cima do Governador para atender pleito de A ou B, que seria uma irresponsabilidade enorme e quero acreditar que esta não seja a intenção de nenhum dos grupos. Acredito que a intenção aqui é fazer justiça a essas pessoas. Quero arrancar o compromisso dos dois líderes dos grupos, o Deputado Xingu do G7 e a Deputada Aurelina do G12, que de fato há esse compromisso da Casa em votar a PEC, mesmo o Estado passando por esse momento de crise. Mas, Deputado Jalsfer, o Estado não está quebrado financeiramente, este Estado tem seis mil cargos comissionados, vamos tirar quatro mil e colocar essas pessoas que estão aqui atrás. A pergunta é: o G7 e G12, ambos da base do Governo, estão dispostos a abrir mão dos seus cargos de confiança lá dentro do Governo, que sabemos que eles têm, para enquadrar essas pessoas que são merecedoras, de fato, para ocupar essas vagas? Essa é a pergunta. Nós estamos às vésperas de uma eleição em um grupo de um Governo inábil que pegou a continuidade do outro, pois ele não pode negar que sabia da quebra do Estado, e foi conivente com isso, pois, em nenhum momento, ele veio a público dizer que não concordava com as ações do Governador. E agora temos aí um governo de continuidade, dizendo que o Estado está quebrado, este governo é o mesmo e recursos tem. São prioridades esses servidores ou tudo isso não passa de um grande ensaio para pressionar o Governador Chico Rodrigues? Essa é a pergunta. Quatro votos, senhoras e senhores, a PEC tem: do Deputado Gabriel, Deputado Flamarion, Deputado Brito e deste que vos fala. O restante cabe aos líderes dos grupos do G7, Deputado Xingu; a Deputada Aurelina, líder do G12. Obrigado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua – Deputado Sampaio, pode ter certeza que o autor da proposta e os demais membros que se dedicaram a essa PEC ficam muito felizes com a posição da bancada de oposição. Nós entendemos que essa emenda é uma prova viva de que a efetivação do servidor público em quadros de extinção é uma forma legal e legítima, reconhecida já pelo Parlamento Nacional e por diversos Parlamentos Estaduais. Está aprovada na Comissão por unanimidade e solicitamos à Mesa Diretora que coloque na Ordem do Dia. Obrigado.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, funcionários desta Casa e visitantes que lutam pelos seus direitos. Referente à PEC eu só quero dizer que o que dependia de nós, e eu, na condição de Presidente, fiz a minha parte, agora falta resolver com o plenário desta Casa.

Quanto à febre aftosa, o que me preocupa é que no ano passado quando o Governo do Amazonas decretou que seu Estado seria agraciado com registro de livre de febre aftosa com vacinação, e o Estado de Roraima foi embargado, porque não cumpriu o dever de casa. O Governador da época

troux um Ministro já demitido para dizer ao povo de Roraima que, em julho, o Estado de Roraima seria equiparado ao Estado do Amazonas, ou seja, livre de febre aftosa sem vacinação, então, o gado de Roraima poderia ir para o Estado do Amazonas. Infelizmente não é isso que nós estamos vendo. Desde ontem um veterinário da Secretaria de agricultura informando, através da TV que Roraima está em alerta, que não pode ter um foco de febre aftosa. Escutem o que eu vou dizer agora, isso já é prevenindo que o Governo não fez o dever de casa, não sabe nem quantas reses o Estado tem! Agora vem dizer: “olha, está na eminência de aparecer um foco de febre aftosa, e nós vamos aguardar mais 6 meses”. Febre aftosa, doença humana tem que ser tratada com responsabilidade, é o rebanho do Estado de Roraima que está em jogo, são centenas de empregos que estão em jogo, como: motoristas de caminhão, fazendeiros, vaqueiros e açougueiros. Então, faço um apelo à Assembleia Legislativa de Roraima para encarregar a Presidência desta Casa no sentido de cobrar da Secretaria de Agricultura para que faça o dever de casa, que o agrônomo vá para o campo, da mesma forma o veterinário e o técnico também exerçam suas funções. Então, deixo o alerta, Roraima não vai mais ser contemplada em nível da febre aftosa, para se igualar com o Estado do Amazonas. Vai levar mais um ano ou dois anos, quem sabe, para ficarmos nesse vai e vem, fazendo uma área de manejo, passando por quarentena para que os animais sejam transferidos, isso se não piorar. É porque em julho deste ano o Amazonas será considerado livre de vacinação da febre aftosa, e Roraima vai ser impedido definitivamente.

Outra situação que me traz aqui é sobre o Governo que está com o interesse de alugar o hospital Lotty Ires e o Hospital da Mulher para servir de suporte, visando dar às pessoas um melhor atendimento. Mas isso, a meu ver, é indústria do aluguel, porque quando abriram o hospital de Rorainópolis fecharam o de São Luis, e lá só ficou um setor funcionando, e é um hospital grande... Suiro que feche o SETRABES, que não serve para nada, e abra no local, postos de atendimento, tirem do Coronel Mota os atendimentos médicos e os transfira para o SETRABES; disponibilize no Coronel Mota salas de internação, nós temos que olhar é para dentro do orçamento do Estado, o Governador vai aos meios de comunicação dizer que o Estado está endividado, não tem dinheiro para pagar empresário, mas tem dinheiro para pagar apadrinhado. Com isso eu não posso concordar. O Estado tem mais de 10 prédios grandes alugados para as Secretarias de Governo, tire esses aluguéis e vá reformar as Secretarias de Educação, Saúde e Segurança. O Governo tira mais de 200 mil por mês para pagar aluguel para duas secretarias, enquanto esse dinheiro deveria ser usado para comprar remédio, é como deveria ser feito. Eu fico triste quando eu vejo o Governo sinalizando para alugar mais dois prédios para serem usados na saúde, enquanto fecha um Hospital em São Luis do Anauá, deixando funcionando apenas o setor de emergência para pequenos curativos. Então, isso me entristece, e por isso venho aqui pedir apoio à Presidência para que cobre mais determinação e pontualidade ao Secretário de Agricultura no que tange à febre aftosa, ao Secretário da Saúde para que não alugue mais prédios. Vamos trabalhar com o que temos. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, cumprimento a plateia e dirijo-me a cada um dos Senhores para pedir a todos que me ouçam atentamente sobre o que vou lhes falar. É claro que quando a gente está no Governo, cometemos acertos e erros. Eu já tive a oportunidade, e eles sabem disso, e conversar esse assunto com maturidade com o Deputado Jalsler Renier em outras ocasiões a respeito de concurso público. Às vezes a assessoria traz para você dar uma solução, mas naquele momento de angústia, resolve realizar. Claro que o concurso público era legal! Mas a forma como ele foi feito não foi da melhor forma possível. Portanto, se houve injustiça eu aqui quero pedir desculpa a cada um dos senhores. Mas Deputado Jalsler, aproveite este momento para, mais uma vez, pedir a atenção de vocês, é importante o que eu vou dizer aqui. Deus é tão bom e soberano que oportuniza a todos a fazer uma correção daquilo que não foi justo. Que não foi da melhor forma. Então, quero dizer de forma clara, que vocês podem contar com o meu voto para aprovação dessa PEC. Não só isso, com a minha articulação e todo o meu empenho. Mas eu quero trazer uma notícia especial para vocês. Eu tive a oportunidade de conversar sobre esse assunto com a Senadora Ângela Portela, que me autorizou dizer aqui na tribuna que essa campanha, que essa vontade de vocês, é a vontade dela também, e ela encampa a luta de vocês como sendo a luta dela. A Ângela é pré-candidata ao Governo e, se for vontade de Deus, ela chegar lá, e vai ter a oportunidade de corrigir o que não foi feito da forma mais justa e absorver cada um de vocês, para retornarem ao trabalho, se assim for vontade soberana de Deus. Então, quero dizer com toda responsabilidade, que a Ângela se empenhou na PEC 111, assim como ela ajudou, enquanto alguns diziam que o PT iria votar contra a PEC 111. A maior bancada da Câmara é a bancada do PT, todos os votos, sem exceção, não teve um voto contra, todos votaram a favor da PEC 111, no Senado da mesma forma. A PEC 111 já está aprovada e promulgada, já é lei! Não tem mais o que questionar, portanto nós esperamos

concretizar esse sonho de vocês, e que vocês voltem a ser servidores públicos do Estado de Roraima, que assim seja.

Mas, eu queria reforçar o que o Deputado Jalsler Renier falou aqui, porque número não mente, qualquer pessoa que pegar os números vai analisar e ver que não mentem. Só para dá um dado agora, este mês de maio, que acabou agora, o Estado de Roraima recebeu, só e somente só, de FPE cento e noventa e dois milhões e quinhentos, com mais cinqüenta milhões de ICMS vai para duzentos e trinta milhões, Soldado Sampaio. Se o Estado pagou sessenta milhões de folha de pagamento, nós temos um saldo de cento e sessenta milhões aproximadamente, veja bem! Tirando a folha de pagamento do Estado, sobrarão cento e setenta milhões. É muito dinheiro, porque se fala que o Estado está falido. O Estado está passando por um momento difícil, mas falido não está, cento e setenta milhões para as outras despesas, como: pagar energia, comprar combustível, medicamentos, merenda escolar e etc... Ainda sobra muito dinheiro, o que custa a inclusão de vocês! Portanto eu acho que não é falta de recursos, há recursos neste Estado.

Também quero falar sobre o IPER, e se Deus quiser vocês serão também beneficiários do Instituto de Previdência do Estado de Roraima. Deputado Joaquim, quero comentar algo que ontem me surpreendeu. É, sobre a nomeação de uma pessoa de carreira, e que ontem ela foi destituída do cargo. E eu estou aqui com a portaria do Ministério da Fazenda, liberando o Senhor Carlos Vinícius Raposo Machado Costa, que é do Banco do Brasil, para o Governo do Estado de Roraima simplesmente para ocupar a Presidência do IPER. E lá no Banco do Brasil também tive a oportunidade de pesquisar. Esse senhor era gerente da divisão de fundos. Lá ele administrava fundos. Nada contra o cidadão, eu não o conheço. Não estou questionando. Apenas faço um questionamento, Deputado Gabriel, para a reflexão de todos nós, Deputado Naldo. Nós sabemos o que aconteceu no IPER, sobre a aplicação daqueles fundos que depois quebrou, estava vinculado ao BVA, que também quebrou e foi liquidado. Isso é dos servidores, algo em torno de 30 milhões de reais, que virou poeira, se dissolveu, foi perdido. E aí o Estado, há dois anos, vendeu toda folha de pagamento para o Banco do Brasil, assim como todo depósito do IPER do Banco do Brasil no valor de 50 milhões de reais. O Banco do Brasil pagou ao Estado de Roraima 50 milhões de reais para ser exclusivo no pagamento de servidores, e a partir daquele momento o recebimento do IPER, uma que parte está na Caixa e permanece, mas sem depósitos de novos valores. Então, o Banco do Brasil é hoje o grande depositário dos recursos do IPER. E eu sei que tem tanta gente competente, que poderia assumir essa função, Deputado Sampaio. O fato de trazer uma pessoa do Banco do Brasil, por mais competente que ela seja, ela tem compromisso com o Banco do Brasil. O vínculo desse funcionário é com o Banco. E ele vai gerir o IPER que tem mais de um bilhão de reais depositado no Banco do Brasil.

Então, eu quero alertar todos deste poder, porque sempre é assim. Quando tem uma função, traz gente de fora. E somos nós, de Roraima, que votamos e elegemos. Mas na hora de ocupar as funções vem gente de fora. Só que na hora de eleger, quem elege é o povo de Roraima. Por isso que eu preciso valorizar e respeitar a prática da Casa. Valorizar aquele que mora aqui. Portanto, eu não quero fazer pré-julgamento do Senhor Carlos Vinícius. Não conheço a pessoa. Mas pelo fato de ele ser gestor de fundo no Banco do Brasil e gerir o IPER, vai cuidar dos fundos do Banco do Brasil. Eu estou fazendo esse alerta para a gente saber como é que vai ser o nosso rendimento a partir de agora. Era o que eu tinha para hoje, um abraço em cada um. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, colaboradores da Casa e do Estado que buscam aqui os seus direitos, meu cordial bom dia.

Senhor Presidente, o Senhor Deputado Jalsler Renier disse algo aqui em seu aparte ao Deputado Xingu, que eu achei interessante. E é a mais pura verdade. O Estado não quebra nunca. Nenhum Estado da federação quebra. E em especial o Estado de Roraima. O Estado de Roraima não quebra nunca! É tanto que recebeu agora, como o Deputado Flamarion acabou de falar, mais de 230 milhões de reais este mês. E todos os meses são assim; 230, 250, 280, 300 milhões. Todos os meses milhões e milhões de reais entram em nosso Estado. Outra prova que o nosso Estado não quebra nunca, é que se ele quebrasse, não tinha no mundo quem emendasse a administração de José de Anchieta Júnior que separou as duas bandas, ninguém conseguiria emendar. Então, o Estado não quebra, ele passou pela prova do Governo mais corrupto que possa ter existido no Estado, e ele está aí firme e forte.

O Deputado Soldado Sampaio também se pronunciou a respeito da PEC 004. Noto a Deputada Aurelina apreensiva. Noto o líder do Governo e líder de um bloco aqui nesta Casa também apreensivos. A PEC precisa de 16 votos, salvo engano, para a votação. Eu acho que não tem 16 Deputados para a votação dessa PEC. Não sei também se ela está na Ordem do Dia ou se vai entrar. Faremos um Requerimento para entrar na Ordem do Dia. Eu não sei se vai ou não entrar na Ordem do Dia de hoje. Agora, o Soldado Sampaio levantou um questionamento aqui da mais essencial importância,

Deputado Naldo. Essa PEC vai ser votada nesta Casa. Vai ser aprovada. Ela é constitucional. É possível que nós possamos ter os direitos e garantias desses ex-colaboradores, realmente, efetivados? Ou é um jogo político? Essa preocupação eu tenho!

Há pouco um Deputado me perguntou se eu ia votar a favor dessa PEC. Você sabe que é inconstitucional? Eu disse que nós já nos comprometemos votar a favor, mas não sei se é inconstitucional. Tem uma assessoria jurídica nesta Casa que vai dar um parecer. E, segundo o Deputado Flamarion, para nós da comissão, o parecer é favorável. Mas isso é uma questão de Estado. O Estado não pode pagar. Quantas matérias passaram aqui, e mostramos que não seria possível o Estado arcar com tamanha incompetência. E essas matérias passaram aqui e não foi uma questão de Estado. Agora, é uma questão de Estado não fazer justiça e colocar 4, 5 mil servidores que estão pleiteando seus direitos e garantias. E que esta Casa tem obrigação de dar. É uma questão de estado não dar. Eu não estou entendendo! A questão de Estado é, se tem 4, 5 mil cargos comissionados, então, tira-se 4 mil cargos comissionados efetiva quem realmente tem direito e vamos trabalhar. É assim que tem que ser feito. Peço aos nobres pares que tenhamos responsabilidade com o assunto PEC 004. Nós não podemos incitar esses servidores para virem aqui nesta Casa, deixando seus lares, seus trabalhos, visando fazer um acerto político para depois essa PEC não ser votada. Ou se for votada, não ser efetivada. Isso seria irresponsabilidade dos colegas, se estiver passando pelo pensamento de Vossas Excelências.

O Deputado Jânio Xingu também levantou uma questão interessante aqui, a respeito do qual vou falar hoje, isto é, especificamente sobre a questão da Segurança Pública. Deputado Xingu, Vossa Excelência falou aqui que o Secretário de Estado veio do Estado do Amazonas para cá para inovar na questão da Segurança Pública. Alugaram um monte de carros bonitos para dar segurança para todos, com um programa chamado “Tolerância Zero” nas barreiras da Venezuela e da Guiana, enquanto aqui em nosso Estado, principalmente no município de Boa Vista, os roubos, furtos e assaltos continuam diuturnamente.

Mas, veja bem, Deputado Jalsner Renier, solicitei ao Governo do Estado de Roraima à Polícia Civil de Roraima, ao Núcleo de Estatística e Análise Criminal, DENAC Amazonas, patrimonial dos brasileiros os quantitativos de furtos e roubos a comércios, assinado pelo Senhor Fausto Silva Souza, Chefe do Núcleo de Estatística da Polícia Civil. Quantas ocorrências em 2013? Janeiro: furto e roubos a comércio: 25. Em 2014, com a importação dessa tecnologia policial e de um Secretário de Segurança Pública: 41. Subiu de 25 para 41, quase dobrou. 80% em roubos e furtos a comércios aumentados de janeiro de 2013 a janeiro de 2014. Fevereiro de 2013: 22; em fevereiro de 2014: 23; em março de 2013: 17; em março de 2014: 34. Dobrou 100%. Então, Coronel Chagas, Vossa Excelência que foi da Segurança Pública, esses índices são alarmantes. Isso é uma estatística da Secretaria de Segurança Pública, sem contar aqueles que não fazem mais os boletins de ocorrência ou os termos circunstanciais de ocorrência, porque não acreditam mais nas providências da Secretaria de Segurança Pública. Deixam simplesmente de fazer. E tem dobrado roubos e furtos no comércio. Os dados que me passaram, relativos a janeiro, fevereiro e março: Em janeiro, aumentou 80% em referência a janeiro de 2013. Fevereiro de 2013, em comparação a fevereiro de 2014 aumentou muito pouco, em torno de 12%. E março de 2013 para março de 2014 foi 100%: de 17, foi para 34. Eu espero que esses índices não aumentem na mesma proporção que vêm aumentando de tal maneira que nós não possamos ter segurança alguma em nosso Estado.

Mas o que me deixa revoltado é que toda essa competência da polícia ou da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Roraima é vista quando é para coibir ou para fiscalizar esses mesmos comerciantes que frequentemente são assaltados e roubados, mas todas as vezes que ligam para a polícia para socorrê-los, passam duas, três, quatro horas esperando sem a polícia vir. E é por isso que eles não registram mais boletins. Está aqui a Secretaria de Segurança Pública no facebook ou nos jornais, todos os dias mostrando que lacrou o posto de gasolina, que fechou loja de conveniência, que invadiu supermercado que está vendendo produtos com data adulterada ou prazo de validade apurado. Onde tem 17, 20, 30, tem supermercado que tem 70 mil itens, se eles encontrarem um item aquilo é um absurdo. O comerciante é preso ou paga uma fiança de 10 salários mínimos, são quase 8 mil reais. A polícia está toda para prender o comerciante e arbitrar uma fiança. Agora, para prender os assaltantes e aqueles que furtam todos os dias esse comércio, eles não têm essa agilidade.

É a primeira vez que, no Governo Chico Rodrigues, eu venho a esta tribuna dizer que a Segurança Pública piorou! Ou se tomam providências urgentes nesta Casa, ou o dono do comércio vai ter que contratar segurança armada, ou daqui a uns dias nós vamos ver aí justiça feita com as próprias mãos. Não é fácil você trabalhar diuturnamente para uma pessoa chegar e invadir seu comércio, muitas vezes, colocando em cárcere a sua família.

Um conhecido meu, que é comerciante, foi espancado, bateram tanto nele, e ele é diabético. Nós fizemos uma cota, mandamos para o Rio de Janeiro, infelizmente ele perdeu a perna de tanto apanhar. Os assaltantes insistiam que ele tinha lá mais de três mil reais e exigiam que fossem entregues. Assaltantes deste município e de nosso Estado de Roraima. Então, é uma complicação que não tem fim. E nós precisamos de providência urgente.

Peço aos nobres Pares que estejamos atentos para a questão da Segurança Pública. Concordo com a sugestão do Deputado Jânio Xingu, para convocar e não convidar o Secretário de Segurança para prestar esclarecimentos nesta Casa.

Eu vou permitir um aparte ao Deputado Jânio Xingu.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jânio Xingu** – Eu só queria lembrar a Vossa Excelência que eu sou o autor da PEC, e todas as matérias que eu defendi aqui neste poder, eu fui até o final. Quem não se lembra das nove categorias da polícia? Naquela ocasião minha família foi ameaçada. Eu fui ameaçado. Grampearam meu telefone. E eu não dei ré. E agora não será diferente.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua. – Deputado Jânio Xingu, que assim seja e conte com o apoio da oposição. Obrigado, Senhores e Senhores.

O Senhor Deputado **Jalsner Renier**- Senhora Presidente; Senhoras e Senhores Deputados; imprensa escrita, falada e televisada. Faço um destaque especial a um brilhante Advogado que se encontra nas galerias, Doutor Ednaldo Vidal que, por pouco, não foi eleito o Presidente da OAB. Não sei quem são os bons, mas para mim, Vossa Excelência é o melhor. Quero ocupar este espaço e me reportar às colocações e a apresentação feita pelo Deputado Jânio Xingu. Feliz do homem que tem o reconhecimento dos seus acertos no seu passado, o reconhecimento dos seus erros, porque tudo isso faz parte das suas virtudes. Deputado Flamarion Portela, quando vi Vossa Excelência subir àquela Tribuna e dizer para todas as pessoas que estão neste Plenário, reconhecendo o seu erro e apresentar uma solução para corrigi-lo no futuro, Vossa Excelência tem e merece o respeito de toda a sociedade roraimense, que não pode julgá-lo pelo o que o Senhor fez, porque as urnas já responderam ao Senhor. O Senhor está aqui na Assembleia eleito pelo povo do Estado de Roraima. Deputado Xingu, feliz do homem que tem uma boa ideia. Vossa Excelência teve uma boa ideia. O Deputado Chico Rodrigues usa uma máxima que diz: quem ajuda a ganhar ajuda a governar. Quem ajudou a ganhar esse governo fui eu e todos os Deputados que fizeram parte da base. Pois se nenhum de nós tivesse abraçado a causa do Senhor Governador José de Anchieta, não haveria governo e não haveria governador, seria eleito o candidato que o Deputado Mecias apoiou, Neudo Ribeiro Campos, o qual tenho um respeito imenso. Mas eu devo dizer a Vossas Excelências que naquele momento me empenhei para apoiar porque acreditei tanto no Governador José de Anchieta como no seu vice, que foi a chapa planejada. Eu não posso admitir que o Governador José de Anchieta ao sair do governo, possa ser punido por muitos erros que ele cometeu, ele não é o único a errar, que se levante o homem que nunca errou na vida, que se levante o governador que nunca cometeu erros diante da população e perante a opinião pública do Estado e deste País. Agora, você deve reconhecer, por dever de ofício, reconhecer o homem e a sua história. O Governador José de Anchieta fez a sua história, acabou com os problemas que este Estado tinha dentro e fora do território nacional, e eu não posso admitir o Governador Chico Rodrigues ir à imprensa e dizer que este Estado está quebrado. Eu não posso admitir como não admito, neste Governo, outro candidato a Senador que não seja José de Anchieta, que saiu do Governo sabendo exatamente que seria o candidato do Governo ao Senado. O Governador José de Anchieta e o Senador Romero Jucá têm por dever de ofício ir às emissoras de rádio e televisão para dizer que o candidato oficial do Governo é José de Anchieta. Digo isso aos senhores que posso pecar até por erro, mas não peço por omissão, pois não abandono amigo meu no meio do caminho. Estive com o Anchieta no governo e vou estar com ele fora do governo. Não interessa se a população apoia ou se não apoia, porque o homem tem que proceder como homem do início, meio e fim. E se eu dei a minha palavra para ele, ele pode vender a sela, que o cavalo está morto. É assim que a política tem que ser. O político precisa levar em consideração dois pontos para que ele possa vencer no processo político, ele precisa ter compromisso e precisa ter lealdade. Tenho cinco mandatos de Deputado Estadual, nunca perdi eleição pelo voto popular. Já fui expurgado pela justiça dos homens e absolvido pela justiça do povo. Devo dizer mais aos senhores que participei do governo do ex-governador Neudo Campos. E quando ele estava à frente do Governo e teve que sair, todos viraram as costas para o Neudo, mas eu estava lá pegando vaia na cara, pegando gritos na cara, enfrentado e dizendo que meu candidato a Senador era Neudo Ribeiro Campos, e no final ele foi o quarto colocado. Ganhei a eleição e não o abandonei. Quando ele estava governador ele era meu amigo, depois que ele saiu do governo, ele não poderia ter se transformado numa impingem ou numa doença. Fui com ele até o fim, e o

que eu disse para ele no passado, eu digo para o Anchieta quanto ao futuro: Estarei com ele até o fim, até o último dia quando as urnas estiverem abertas. Eu respeito os acordos e assumo os compromissos. Quanto à PEC, quero falar ao Deputado Sampaio que, na minha concepção, ele é um dos melhores deputados desta Casa, Vossa Excelência me surpreendeu positivamente. Vossa Excelência é combatido. Vossa Excelência fala exatamente o que o povo precisa ouvir, mas preciso responder uma pergunta a Vossa Excelência, aliás, duas. Primeiro não concordo que o dinheiro tem que tirar quatro mil pessoas, quatro mil pais e mães de famílias comissionados para colocar os que não estão. Eu não concordo com demissão. Todos sabem o quanto é difícil a gente chegar ao fim do mês sem ter mais o que receber, porque a nossa condição é bem menor do que os nossos problemas. Quando Vossa Excelência falou para que isso aqui não seja palanque político para resolver problemas pessoais, Deputado Sampaio, eu quero dizer que a minha posição diante dessa PEC, conforme eu já disse ao Deputado Xingú, eu vou até o fim. Eu não abro mão, não admito fazer palanque, não admito fazer política, fazendo com que o povo se iluda, fazendo com que o povo se engane. Você não pode fazer esse tipo de política porque ela é sorrateira, que é a pior política que o homem público pode apresentar, é falar para o povo o que ele quer ouvir, mas por trás, sorrateiramente, aplicar mentiras e o cambão naquele que é fraco e não pode fazer nada contra você. Eu não faço isso. Se eu disse que vou votar favorável à PEC é porque votarei. E se o Governador Chico Rodrigues não gostar da minha posição, ele tem todo o direito para falar, ele só não vai é mandar na minha fala, na minha voz e no meu voto. Ainda não nasceu o homem para mandar no meu destino. Deputado Xingú, para que fique bem claro para os Deputados que aqui se encontram, que eu não gosto somente de falar, até porque eu ocupo pouco tempo. Deputada Aurelina, eu havia solicitado à Senhora um pouco de tempo, até porque eu quase não ocupo o tempo da Tribuna, venho poucas vezes. Por isso, quero pedir aos colegas um pouco de complacência. Estou aqui porque entendo ser um momento especial, um dia especial, num ponto de equilíbrio que pode se transformar na história de muitos servidores que foram excluídos, no passado, mas têm, por dever de ofício, de acreditar no futuro que esta Casa está preparando agora. Senhora Presidente, tomei a liberdade de apresentar um requerimento, uma vez que a PEC foi aprovada em comissão, peço em meu requerimento, baseado nos artigos em que aqui citam, que apresentem agora, em Ordem do Dia, o primeiro turno da PEC nº 004/14 que se encontra aqui. Esse é o meu requerimento. Deputado Sampaio, acredito que, com isso, esteja respondendo a Vossa Excelência sobre o meu pronunciamento, quando assumo um compromisso, como já fiz com a oposição, como já fiz com a situação, como já fiz com vários segmentos da sociedade, eu vou até o fim. Eu não sou homem de abandonar a minha opinião, o meu palpite e o meu trabalho. Quero, também, dizer que essa PEC, que foi apresentada pelo Deputado Xingú com algumas ponderações em caráter de substituição do Deputado Chagas que é o Relator, não atende somente ex-policiais civis, ela atende os servidores das indiretas e das diretas, ou seja, é uma PEC que alcança todos os servidores que estavam, de certa forma, excluídos lá atrás, porém a PEC nº 111 foi um espelho e um reflexo daquilo que nós vamos fazer daqui para frente. Então, em relação ao povo, o que diminui violência no Estado não é somente a polícia, porque nós temos que, também, elogiar o trabalho da brava polícia militar, da brava polícia civil e das instituições que, direta ou indiretamente, colaboram para o bom desempenho em favor da nossa sociedade. Mas o que transforma a realidade de um povo, o que diminui a violência em um Estado, em um País, é o emprego. É semelhante à letra na composição de Raimundo Fagner: um homem sem emprego é um homem sem honra e, sem honra, ele mata, ele morre. O homem precisa trabalhar, o homem precisa dar dignidade à sua família. O Estado de Roraima, como eu disse no início da minha fala, não está quebrado, passa por um momento difícil que o governo também tem que consertar. O Governador Chico Rodrigues deve consertar algumas coisas erradas que aconteceram no Governador Anchieta. E isso é normal, o que não pode é dizer que o governo está quebrado, que o governo está falido, que o Governador passado não valeu de absolutamente nada. O fato é que nenhum Governador, que for eleito pelo Estado, fará, e terá, dentro do seu compromisso, político profissional, que fará a vontade 100% de um povo, e entrará para a história como o melhor governador de um País. Não existe isso. Não existe um Governador que não erre. Não existe o melhor Governador do mundo, porque até o Rei da Espanha, cujo regime é a monarquia, o poder passa do pai para o filho, depois para o neto e assim sucessivamente. Ontem, em cadeia nacional, ele abdicou o direito de rei, porque o que o povo aclamava 15 há anos atrás está destruindo 15 anos para frente, entende-se que o homem precisa ter a grandeza de entender o momento de avançar e ter humildade para recuar. Isso faz parte da vida do homem, isso faz parte da vida de um povo, faz parte do cotidiano de centenas de roraimenses que moram neste estado. Por essa razão, Senhora Presidente, agradeço-lhe pelo tempo que me foi dado, a oportunidade que me foi dada. E agora vou passar às mãos dos

Senhores Deputados o primeiro turno da PEC história 004 que dá ao povo a dignidade, parcimônia, tranquilidade pelos anos de dedicação, também os anos que eles sofreram quando estiveram fora de um regime democrático, que ele ajudou a suspender. Esse Estado precisa entender que a Assembleia Legislativa e a população do estado precisa entender que este Poder Legislativo é combatido, é um poder que faz e cumpre sua parte. Eu não estou falando aqui para atacar, denegrir e destruir, para falar mal de alguém, porque alguém meu foi demitido do governo, pois eu não tenho ninguém demitido de governo, não tenho ninguém meu em situação difícil em governo. Eu estou falando pela minha posição política, mas se minha posição política feriu o homem e o governante, que seja ferido, mas que a minha opinião seja apresentada de maneira democrática. Neste momento peço aos Deputados que se interessam em aprovar essa PEC tão inteligentemente apresentada pelo Deputado Xingu. Entrei neste assunto, porque ontem disse a Vossa Excelência, que apoiaria o seu projeto. Nós precisamos é dar emprego para o povo, precisamos dar dignidade e condição de chegar em casa e não ver seu filho chorando. Ainda há pouco vi uma criança batendo palmas, sem entender pela sua inocência, se as palmas eram pelo momento ou pela felicidade do pai que estava ali com um sorriso no rosto ou pela alegria de sua mãe que estava ao lado. O certo é que aquela criança, com sua simplicidade, inocência e humildade, expressou num simples gesto mais que todas as pessoas que estão aqui neste Plenário. Pela simplicidade daquela criança foi que eu vim aqui. Pois não acredito que os Deputados aqui presentes não votem essa PEC, que só entrará em vigor no ano de 2015, e ninguém sabe quem será governador, mas nós sabemos quem são os Deputados de 2014, são estes que estão aqui. Então a história começa aqui. Muito obrigado.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Conforme o nosso regimento, peço silêncio para que possamos continuar a Sessão, regimentalmente tem que ser em silêncio.

O Senhor Deputado Zé Reinaldo pede Questão de Ordem- Senhora Presidente, retire o meu pedido para usar o horário de liderança.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Gostaria de ocupar a Tribuna sob pena de encerrar a Sessão para manter o silêncio.

Quero fazer algumas considerações em resposta às colocações feitas aqui.

Deputado George, a Assembleia não tem trem da alegria, e se tem vocês estão querendo aprovar outro. Os servidores que passaram a estável nesta Casa foi através de uma PEC, aprovada por esta Casa, e que hoje foi considerada inconstitucional pelo STF. E agora esta Casa tem que tomar providências do mesmo jeito que esta Casa aprovou uma PEC também, tornando estáveis os servidores da CERR, CAER e CODESAIMA, também, foi tornado inconstitucional pelo STF. Eu tenho essa matéria, para quem quiser ver depois. Tenho posicionamento de mais de dez estados. O último, o Estado do Acre, citado aqui, mandou demitir onze mil servidores por terem passado a estáveis, através de uma PEC inconstitucional. Então, a gente não está aqui nem para brincar e nem para enganar, e nem para negociar, estamos aqui para analisar o que é justo, possível e legal, nem sempre o que é legal é justo. Exemplo, quando todo mundo foi demitido, eu não sei quantos anos de prestação de serviços para o Estado foi justo, será que foi? Será que justo, Deputado Sampaio, se hoje eu demito os cargos comissionados e coloco os de ontem, e amanhã eu vou fazer o que com os demitidos? Não é brincadeira jogar com a vida das pessoas, ninguém está aqui para tirar direito de ninguém, o que é direito, correto e o que é justo tem que ser feito por esta Casa, mas não estamos aqui para enganar, não estamos aqui para fazer como fizemos com os servidores da CERR, CAER, CODESAIMA e Assembleia.

Gostaria de pedir aos servidores, que estou vendo aqui advogados que conhecem as leis, vejo aqui que esta PEC foi analisada por apenas cinco Deputados que compõem um único bloco nesta Casa. Não estou dizendo que não são competentes para julgar, mas os outros Deputados têm o direito de analisar a PEC também, de discutir, analisar os pareceres jurídicos. Todos os Deputados vão votar, e eles vão votar sem nunca terem visto isso, e é o voto de cada um, e a dignidade de cada. Como se trata de matéria ampla, e há um Requerimento sobre a Mesa, que eu não gostaria de receber, é prerrogativa minha. Gostaria de dizer, que estou encaminhando o Projeto para que todos os Deputados em Comissões em Conjunto se reúnam para terem conhecimento, e terem o direito de dizer que estão votando certo ou errado. Não estou dizendo que não é legal, estou dizendo que, em doze Estados da Federal, o STF já considerou inconstitucional como considerou o da Assembleia também. Aqui não teve trem da alegria. Quando colocaram servidores desta Casa foi com uma emenda inconstitucional igual a esta. A Assembleia vai demitir? Emenda Inconstitucional não depende de sanção e Veto do Senhor Governador, não vai para lá. É a Assembleia que vota, decide e promulga. O Governador pode recorrer se achar que não é legal, mas não é ele que sanciona e nem vota. Quanto à PEC 111, eu ouvi no dia da votação um Deputado Federal de Rondônia pedindo pelo amor de Deus que se cumprisse. É porque Rondônia, quando foi tornado estado também teve

uma PEC, e até hoje só 36 servidores foram considerados estáveis. Quem assistiu televisão viu isso. Então, não significa que Deputado esteja contra ou a favor, é um dever que Deputado tem que cumprir para valer os direitos de cada um. Então, gostaria de pedir a vocês para encaminharmos para que os demais Deputados tenham conhecimento do projeto. A Comissão foi formada por único bloco, inclusive, Deputado Sampaio, não foi feito valer o princípio partidário nem a participação da oposição, a Comissão hoje está sendo dito, mas na Comissão publicada não tem a participação de nenhum.

Vou ler aqui: Comissão publicada no Diário Oficial da Assembleia, são os Senhores Deputados: Coronel Chagas, George Melo, Jânio Xingú, Gabriel Picanço e Naldo da Loteria.

Eu só estou pedindo a oportunidade para não dizerem que tem Deputados contra ou a favor, porque o normal é que os Deputados saibam pelo menos em que está votando, por isso a gente não vai encaminhar o projeto em primeiro turno.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** pede Questão de Ordem. Presidente, eu tinha falado com o Deputado Flamarion, não estou aqui para fazer polêmica e nem querer fazer motim.

Eu estou apresentando Requerimento, e esse Requerimento, mesmo que a Senhora não coloque em votação, o Regimento Interno ampara e Vossa Excelência precisa respeitar o Regimento como todos nós aqui. Vossa Excelência precisa receber esse requerimento e pedir para que eu o leia. E se o Plenário aprovar, nós podemos votar a PEC, o Requerimento é baseado nos artigos 247 e 248, que trata exclusivamente de Proposta de Emenda a Constituição, e que nós Deputados Estaduais e o Plenário somos soberanos. Isso significa que ultrapassa o poder discricionário do Presidente, porque o Plenário é soberano, o Plenário não é o Presidente, o Plenário são os Deputados, tenho todas as assinaturas com exceção dos Deputados Zé Reinaldo e Erci de Moraes que não quiseram assinar o Requerimento. Mas devo dizer a Vossa Excelência que eu pedi para que colocasse a leitura do meu Requerimento, que precisa ser lido e, uma vez aprovado, Vossa Excelência precisa encaminhar à votação. Agora, se algum Deputado quiser pedir vista, aí sim, o Deputado tem todo direito, porque ele está no seu dever constitucional. Agora o meu dever regimental, esse sim, Deputada Aurelina, me desculpa, ele precisa ser respeitado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** pede Questão de Ordem - Senhora Presidenta, Senhores Deputados.

Deputada Aurelina, eu queria me prender à seguinte questão regimental: Todos nós sabemos que a Comissão Especial tem o princípio da celeridade, ela tem objetivo de fazer a matéria tramitar com rapidez. Isso está amparado no Regimento Interno, e mais do que isso, Deputada, as Comissões Especiais não só esta como qualquer outra tem a intenção de substituir todas as Comissões. Portanto, o que foi feito em termos de Comissão ela já é terminativa. O que se pode fazer, como disse o Deputado Jalser, é pedir vista, adiamento de discussão, adiamento de votação. Isso também é regimental. E a partir daí obedecer ao prazo regimental e retomar nas Sessões futuras o debate da matéria, mas ela não pode mais, na minha visão, tramitar nas Comissões Conjuntas. Isso foi absolutamente superado com a comissão especial que tem por objetivo dar celeridade à matéria. Portanto, o Regimento pode permitir outros passos, porém este, eu entendo, está absolutamente superado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede Questão de Ordem - Gostaria de dar razão ao Deputado Jalser Renier, pois o requerimento, no meu ponto de vista, atende à questão regimental, e tem que ser lido e, o Plenário decide se aprova ou não. Da mesma forma, também, a comissão especial substitui qualquer outra comissão, como foi falado pelo Deputado Flamarion. Eu queria ainda dizer, Deputado Jalser, ao constituir a comissão teria que representar os blocos, e quando foi criada a comissão nós tínhamos dois blocos: oposição e governo. E numa comissão constituída nesta Casa, por cinco Deputados, e a oposição ter apenas quatro Deputados, proporcionalmente, só tem o direito de indicar um, e na oportunidade indicamos o Deputado Gabriel Picanço. Então, nos sentimos representados nessa comissão. A constituição do grupo dos 13 foi constituída, agora, na quinta-feira passada. Naquele momento não existia representatividade, ou seja, naquele momento em que foi constituída a comissão, havia cinco Deputados, um da oposição e quatro da base governista, depois a base se fragmentou em dois blocos, mas já era matéria preclusa em vista da data de criação da comissão especial. Então, essa é a nossa contribuição para o andar dos trabalhos, Senhor Presidente.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Zé Reinaldo** - Senhora Presidente, eu quero contribuir com a discussão e, como já foi relatado pelo Primeiro Secretário, Deputado Jalser Renier, em função da leitura do requerimento, se aprovado, eu já me antecipo, até porque fiz um pedido, Deputado Jalser, acredito que Vossa Excelência tenha lido, em obediência ao Regimento Interno com relação à composição das comissões, sabemos que se trata de uma PEC. Acredito que esta Casa não pode ser uma

vendedora de sonhos, tem que ser executora de planos de realidade. Vários pais de famílias aqui estão nos ouvindo, ou seja, apresentar algo que não será cumprido, não é esse o nosso papel, e sim examinar, estudar e fazer como fez o Senador Romero Jucá, como fez a Deputada Dalva, quando lá no Amapá, descobriu a injustiça que fizeram com tantas pessoas, pois muitas morreram esperando esse momento, sem conseguir ver seu sonho virar realidade. Vossa Excelência citou a Bíblia e tantas outras partes importantes e eu que sou um admirador de seu discurso, fui eleitor de seu primeiro mandato, muito me honra fazer parte desse colegiado onde Vossa Excelência é a segunda pessoa mais importante da mesa Diretora, e não poderia ser diferente, lutar para defender aqueles que nos deram a oportunidade de lutar. Nós estamos aqui fazendo algo que tanto pode mudar as vidas dessas pessoas, como pode transformar a vida dessas pessoas num sonho que nunca se transformará em realidade. E isso, se nós não agirmos com responsabilidade, se não agirmos com humanidade, cada um aqui tem mansão, tem carro, adquirido antes ou depois do parlamento. Cada um tem a sua história, eu tenho a minha, pois comecei dentro de uma oficina, tenho um patrimônio construído fora da política que dá para sustentar a minha família, muito bem. Coloco isso à margem da lei para qualquer um dizer o contrário. Deixo isso muito claro. Mas, estou aqui com o compromisso de fazer com que as pessoas possam viver bem, como foi feito, graças à PEC 111, que veio de um Deputado do Amapá que pegou um deputado de Roraima, que teve um substitutivo do Senador Romero Jucá e tivemos a felicidade de ver incorporados pela União doze mil funcionários naquela época. Como aconteceu aqui no governo, onde hoje vários pais de famílias que aqui estão não estão fora, somente pelo período que trabalharam, não estão fora porque houve um concurso público que tirou várias e várias famílias do seu devido lugar. Estão fora porque foram cometidos certos atos que levaram pai de família a passar fome. Então, nenhum benefício, que venha a ser feito hoje, não pagará e não tirará o sofrimento dessas pessoas.

Hoje a lei 79 oriunda da PEC 11 é uma realidade, eu não sou irresponsável, só faço aquilo que sei que será realidade. Eu não assinei como Vossa Excelência declarou, porque vou pedir vistas para tomar conhecimento do projeto, até hoje, só quem conhece é a comissão.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jalser Renier** - Deputado, eu tenho todo o respeito por Vossa Excelência, e esse respeito eu estendo aos agradecimentos que Vossa excelência fez em relação a mim. Quero aqui dizer que Vossa Excelência realmente é um deputado preparado para estar nesta Casa. Fiquei muito feliz com o seu retorno, me empenhei, muito embora tenha me arrependido, não pelo senhor, mas pelo deputado que trabalhei. Mas, não estou 100% arrependido porque Vossa Excelência está aqui. Então esse fato, por si só já é uma grande satisfação. Eu só quero dizer a Vossa Excelência que o artigo 247 do Regimento Interno desta Casa, uma vez que Vossa Excelência não teve a oportunidade de ler o requerimento, mas Vossa Excelência não pode pedir vistas, porque o meu requerimento está tramitando em regime de urgência urgentíssima. E os artigos 247 e 248, alínea F dizem que não se pode pedir vistas quando a matéria está em regime de urgência urgentíssima, mas gostaria que Vossa Excelência desse uma lida porque não sei precisamente.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Erci de Moraes** - Senhora Presidente, clama-se pelo cumprimento do Regimento, isso é louvável. Mas quando não se usam segundas intenções, eu não sei se o Regimento comporta a réplica quando alguém que pediu a palavra está falando, não da Tribuna sem estar inscrito. Então, eu diria o seguinte: se o Deputado Jalser quer que respeitemos o Regimento, respeite também, tenha paciência de nos ouvir, você é jovem demais para desrespeitar os mais velhos.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jalser Renier** - Eu não entendo em que momento desrespeitei Vossa Excelência...

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) - Deputado Jalser, por favor, com a palavra o Senhor Deputado Chagas.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** - Deputado Erci, temos que internalizar tudo que Vossa Excelência falar, só porque Vossa Excelência é o mais experiente?

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) - Deputado Jalser, por favor, a palavra está concedida ao Deputado Gabriel.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço** - Senhora Presidente, gostaria de pedir a Vossa Excelência e ao Deputado Zé Reinaldo para que não participassem de nenhum bloco, porque o Deputado Zé Reinaldo é Líder do Governo e Vossa Excelência é presidenta desta Casa, enquanto o Deputado Chico Guerra não está. Então, foram criadas essas comissões e não vamos aceitar nenhuma interferência para anular o que o Presidente Guerra ou a senhora, isto é, já nomearam as comissões anteriormente, não vamos aceitar. Daqui para frente tudo bem, eu me calo, mas até ontem, não vamos aceitar uma dobradinha de tirar fulano e colocar fulano. Eu solicito de Vossa Excelência que peça ao Deputado Zé Reinaldo que não faça esse

tipo de manobra, pois não vamos aceitar.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhora Presidente, caros colegas, essa comissão quando foi nomeada, conforme falou o Deputado Sampaio, havia duas bancadas aqui, uma da base do governo e outra da oposição, e ela foi composta proporcionalmente. A comissão trabalhou, isso não foi feito a toque de caixa. Nós estamos em junho, esta proposta foi apresentada no início de abril, a comissão estudou, foi para assessoria jurídica, consultoria legislativa. Nós tivemos o cuidado de analisar sob diversos ângulos para não cometer erros que ocorreram em outros estados e que ensejaram em Ações Diretas de Inconstitucionalidade, os termos que haviam lá, não estão contemplados nesta PEC, pois ela não declara a instabilidade dessas pessoas e sim tornar efetivo num quadro de extinção. Então, o que foi objeto de ADIN em outros estados não poderá ser aqui. Não foi feito nada a toque de caixa, a composição da comissão obedeceu à proporcionalidade. Portanto, vir discutir agora que irá nomear outra comissão, é matéria preclusa. Então, eu concordo com o posicionamento do Deputado Jalser, Deputado Flamarion, Deputado Sampaio, Gabriel Picanço com relação à questão Regimental do Requerimento. Esta é a minha contribuição.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Eu queria dizer Deputado, que aqui não se falou em criar nova comissão, aqui não se falou em nova tramitação de projeto, não se falou em nada disso. Apesar de ser muito claro no Regimento, a proporcionalidade partidária ou de blocos e de bancadas, que não foi obedecido na comissão.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Isso foi obedecido, Senhora Presidente, na época da nomeação.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Na época, Deputado, ainda não havia sido constituído o G7 e nem o nosso. Nenhum bloco era constituído.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Presidente, na época era situação e oposição.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Deputado Sampaio, eu estou falando, depois lhe concedo a palavra. O que está se discutindo aqui é que o Regimento no artigo 247, lido pelo Deputado Jalser, que tem as condições em que a votação requer regime de urgência. E o Regimento especifica no artigo 247 quais os casos de votação em regime de urgência. Então, eu estou recebendo o Requerimento, Deputado Jalser, e queria dizer que uma das atribuições da presidência é ter que anunciar a Ordem do Dia e designar. Infelizmente, não constava a votação da PEC na Ordem do Dia de hoje. Se a gente for levar pelo lado da legalidade, não tem como colocar na Ordem do Dia de hoje. Eu não estou dizendo que não vai para a de amanhã.

Como o Deputado Zé Reinaldo pediu vistas, a matéria não é regime de urgência, não se caracteriza como tal. Eu teria que conceder.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** pede Questão de Ordem. -

Senhora Presidente, a Senhora é obrigada a colocar o Requerimento em plenário, pois o Requerimento tem a assinatura da maioria dos Senhores Deputados. Isso não pode acontecer!

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Dou por encerrada a Sessão.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Deputado Chagas, Vossa Excelência tem prerrogativa para abrir a Sessão, pois Vossa Excelência é o 2º Vice-Presidente. Eu quero pedir que registre o nome dos Deputados faltosos, que terão descontos em seu salário. O Deputado Rodrigo Jucá, Deputado Mecias de Jesus, Deputado Remídio, Deputado Chicão e outros Deputados que não estão em plenário. Determino que seja colocada falta para todos esses Deputados e publicado no Diário Oficial. Eu não admito desrespeito, Presidente nenhum pode encerrar a Sessão sem ser votado o Requerimento. Requerimento é lei, uma vez assinado tem que ser colocado em votação.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Deputados Jalser e Zé Reinaldo, só existe uma possibilidade de se encerrar uma Sessão: antes de realizar a Ordem do Dia e as Explicações Pessoais, quando há quebra da segurança, que não é o caso aqui. Por isso dou por reaberta a Sessão.

O Senhor Deputado **Zé Reinaldo** pede Questão de Ordem – Não foi informada, Deputado Chagas, a Ordem do Dia. Vossa Excelência, Deputado Jalser, não pode cobrar dos Deputados que eles estejam aqui até a hora que o Senhor quiser. O Senhor mesmo várias vezes não vem para a Sessão.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Deputado Zé Reinaldo, Vossa Excelência já fez sua Questão de Ordem. O Deputado Jalser Renier também está na direção dos trabalhos como Primeiro Secretário.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede Questão de Ordem. – Senhor Presidente, eu só queria esclarecer que uma mentira falada várias vezes, pode tornar-se verdade. Quero esclarecer à Deputada Aurelina que no dia da criação da Comissão Especial para analisar a PEC 04 existiam apenas dois blocos nesta Casa: o bloco de oposição com 4 parlamentares e o bloco governista com 20 Parlamentares. Naquele momento, a comissão de cinco Deputados, proporcionalmente, atendendo o regimento, era composta por um

Deputado da oposição e quatro Deputados da base governista. E assim foi feito. O bloco dos 13 foi criado posteriormente. Então a Comissão Especial representa toda a legalidade regimental, representando a bancada. Então, esta foi a regra estabelecida naquele momento.

A oposição está aqui para votar o Requerimento. O que está em regime de urgência é o Requerimento e não a PEC. Na discussão da PEC pode pedir vistas, que é um direito de cada Parlamentar. Agora o Requerimento tem que ser votado. Outra alternativa que nós temos é Vossa Excelência, ao encerrar a Sessão, convocar uma Sessão Extraordinária, e a oposição estará aqui para votar, extraordinariamente, se for o caso, o Requerimento do Deputado Jalser Renier.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Essa Questão de Ordem, Deputado Sampaio, é justamente o nosso entendimento, por entender que não havia questão de quebra de segurança aqui, até porque quem está aqui nas galerias não está desrespeitando ninguém, está simplesmente se manifestando com aplausos, o que é permitindo no nosso Regimento.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** pede uma Questão de Ordem – Senhor Presidente, eu entendo que esse tipo de coisa, que está ocorrendo neste momento, é porque falta o papel do Líder do Governo e do Líder da Oposição que têm a obrigação de conversar sobre entendimentos para que se coloque uma pauta aqui na Casa. O Líder do Governo está tomando a posição de um bloco que não é o papel do Líder do Governo, como foi colocado, que ele faz parte de um bloco. Deputado Flamarion, o Líder de Governo toma posição de Bloco, o Líder do Governo não deve participar de Bloco. A vice-Presidente da Casa, por uma questão de ética, de acordo feito aqui neste Plenário, não era para ela participar de Bloco, pois por causa desse tipo de jogo é que esta Casa está enfrentando esses problemas.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 054/14, que requer urgência urgentíssima e inclusão na pauta da Ordem do Dia da Sessão Ordinária de 03/06/14, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 004/14, que “Acréscem dispositivos normativos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ACT da Constituição do Estado de Roraima”, de autoria de vários Deputados.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – (Lido o Requerimento nº 054/14).

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede uma Questão de Ordem – Senhor Presidente, a situação que está acontecendo nesta Casa envergonha o parlamento. A atitude de alguns parlamentares está envergonhando e diminuindo este Parlamento. Portanto, Vossa Excelência, como Presidente, coloque ordem na Casa, e vamos seguir o bom ritmo da sessão, já que não pode ser encerrado, conforme disseram Vossas Excelências. Esta briga aqui não é uma briga pela PEC, está sendo notório que há uma briga por poder aqui nesta Casa. Então, que se vote o Requerimento que foi feito, quanto à questão da PEC é outra discussão, mas o requerimento tem que ser votado agora.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Em discussão o Requerimento nº 054/14.

O Senhor Deputado **Zé Reinaldo** – Senhor Presidente, Vossa Excelência é um homem que conhece o direito. Vossa excelência tem uma experiência grandiosa e esta Casa tem uma Consultoria Jurídica. Eu me retirei, Deputado Brito, para ir à sala conversar com o Assessor Jurídico desta Casa. Não vamos transformar algo que está se construindo para a felicidade das pessoas em algo que seja um embate. Concordo com as palavras do Deputado Brito Bezerra quando se refere à briga pelo Poder. Quem quiser brigar pelo poder que brigue, mas vamos brigar dentro da legalidade. A própria consultoria jurídica já afirmou que a presidenta tem a prerrogativa de encerrar a Sessão a hora que quiser. Se Vossa Excelência está duvidando, chame a consultoria jurídica para que esta Casa não fique no ridículo outra vez, diante de tantas outras vezes na nossa sociedade. Por favor, estou lhe pedindo, chame a assessoria jurídica antes de tomarmos qualquer decisão, porque estamos brigando, estamos lutando pela felicidade das pessoas. Peço a Vossa Excelência, através de Requerimento verbal, que convide a assessoria jurídica, antes de Vossa Excelência continuar a Sessão ou qualquer ação da Mesa Diretora. É isso que peço.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Discussão está encerrada.

Quero informar aos Senhores Deputados, que apenas sentei nessa cadeira nesse momento, porque conheço o Regimento. A Deputada Aurelina, com todo respeito, daquela forma não poderia encerrar a Sessão.

Coloco em votação o Requerimento.

A votação será simbólica, os Deputados que concordarem com o Requerimento permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, solicito adiamento de discussão da matéria por não haver

quórum necessário para analisar a PEC.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Não havendo quorum regimental para analisar a matéria, transferimos para a Sessão de amanhã. E não havendo mais matéria para Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** - Senhor Presidente, solicito ao departamento técnico que desconte do salário dos Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Chicão da Silveira, Erci de Moraes, Ionilson Sampaio, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Remído Monai, Rodrigo Jucá e Zé Reinaldo** e publique em diário oficial, onde a Primeira Secretária é responsável por isso. Dos Deputados, cujos nomes citei, serão descontados de seus vencimentos. E como bem disse o Deputado Zé Reinaldo, isso aqui não é um palanque de mentiras e nem palanque de fazer gosto seja quem for. Obrigado.

O Senhor Deputado **Zé Reinaldo** – Senhor Presidente, nós que somos considerados do baixo clero ficamos de costa para sociedade, mas quero agora, de frente, dizer, como líder do governo, que nós não poderíamos jamais permitir que os Deputados que irão votar essa matéria, votassem sem ter conhecimento. Eu já participei de duas reuniões esta semana, onde Deputados disseram que votaram e não sabiam que tinham compromisso, e se votar e não souber o que votaram, amanhã os prejudicados serão vocês. Então eu pedi vistas, pois esse embate não termina aqui, temos uma consultoria jurídica, e o que queremos é respeitar a vontade soberana que é a vontade do povo do nosso Estado, que está aqui representado por vocês. Não me considere como sendo de oposição. O fato de um Deputado não estar presente, de não ter assinado o Requerimento, é porque talvez precise desse tempo para analisar melhor a matéria. Essa é uma posição nossa. Não desvalorizando o voto dos que já assinaram, não deixando o valor da oposição. Em relação à presença, nós a partir de agora, já que vai valer desconto de Deputados por faltar à Sessão, nenhum Deputado ficará recebendo se ele não estiver presente ou se não tiver justificado, porque nós não queremos que a sociedade, que há muito tempo não tem salários fique pagando salários para muitos que ficam em casa recebendo sem trabalhar. Obrigado.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** – Senhor Presidente, gostaria de pedir às pessoas presentes neste Poder Legislativo que continuem unidas, firmes, esse é um propósito que vai ser aprovado, independente da Deputada Aurelina Medeiros e Deputado Zé Reinaldo que deixaram claro que são contra. Eu não mando recado, fica rodeando, rodeando, são contra o povo, são contra a PEC, mas vão estar na rua pedindo votos para essas famílias. Quem for contra que fale, agora, ou cale-se para sempre. Nós vamos continuar vindo à Assembleia, eu vou continuar indo à Tribuna e vamos aprovar essa PEC em prol do povo de Roraima.

O Senhor Presidente (**Conel Chagas**) – Não havendo mais nenhum Deputado que queira fazer uso de Explicações Pessoais e não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 04 à hora regimental.

Registraram a presença, na Sessão, os Senhores Deputados: **Ângela Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remído Monai, Rodrigo Jucá, Soldado Sampaio e Zé Reinaldo.**

Ata Sucinta Aprovada em: 10/06/2014

DAS COMISSÕES

ATA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 026/2014.

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, às dez horas, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico 202, realizou-se, extraordinariamente, a reunião da Comissão Especial Externa, criada através da Resolução nº 026/14, destinada para “**apreciação e arguição do nome do Senhor Ramiro José Teixeira e Silva, indicado para exercer o cargo de Presidente do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima- IPEM, nos termos do art. 33, incisos XVIII e XXXI, da Constituição do Estado de Roraima,**” Composta pelos Senhores Parlamentares: **Marcelo Natanael, Soldado Sampaio, Marcelo Cabral, Coronel Chagas e Ângela Águida Portela.** Assumiu a Presidência dos trabalhos o Deputado **Coronel Chagas**, nos termos do Regimento Interno desta Casa. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e anunciou, conforme acordo de lideranças, os nomes dos candidatos aos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator. Iniciado o processo de votação e feita a chamada, votaram os Deputados: **Marcelo Natanael, Soldado Sampaio, Coronel Chagas, Marcelo Cabral.** Ausente, a Senhora Deputada: **Ângela Águida Portela.** Encerrado o processo de votação, o Senhor Presidente proclamou o resultado, declarando eleitos e empossados, **para Presidente: O Senhor Deputado Marcelo Natanael; para Vice Presidente, o Senhor Deputado Soldado Sampaio; e para Relator, o Senhor Deputado Marcelo Cabral.** Estando com a palavra, o Senhor Presidente eleito agradeceu a todos pela votação, e informou que a Comissão será convocada no tempo oportuno para análise da indicação. Encerramento: Às dez horas e trinta minutos, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e para constar, eu, Jordânia da Silva Mendes, secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Marcelo Natanael

Presidente da Comissão.

Aprovada em: 26/06/2014

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES

GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES

COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 030/14.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/14

Em: 27/06/14

Convocamos os Senhores Parlamentares, Membros desta Comissão Especial, Deputados: **Chicão da Silveira; Brito Bezerra, Aurelina Medeiros e Marcelo Cabral,** para Reunião extraordinária dia 30/06/14, às 10h na Sala de Reuniões nos altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, onde na oportunidade Sabatinaremos o Senhor Haroldo Eurico Amóras dos Santos, indicado pelo Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 33, inciso XIII, da Constituição do Estado para exercer o cargo de Presidente do Instituto de Terras e Colonização de Roraima-ITERAIMA.

Ionilson Sampaio

Presidente da Comissão.

